

A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO (1991-2010)

Joabson Soares¹
Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico²

Resumo: A diplomacia, presidencial e por diplomatas, tem-se esforçado no processo de integração sulamericana desde a redemocratização brasileira, o que culminou na criação do MERCOSUL e da Unasul. Este artigo analisa o percurso diplomático brasileiro na integração sul-americana, buscando entender a geopolítica no contexto da globalização, a forma de criação destes blocos e as mudanças ocorridas no Produto Interno Bruto (PIB) e no índice de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil no período (1991-2010). A pesquisa permitiu compreender os esforços da diplomacia brasileira no processo de integração sub-regional. O método hipotético-dedutivo ofereceu meios para analisar o objeto da pesquisa e formular uma conjectura capaz de responder ao problema posto, qual seja: Como a integração sul-americana e a abertura da economia brasileira auxiliaram no desenvolvimento econômico do país no período (1991-2010)? Concluiu-se que a integração sul-americana e a abertura da economia brasileira para o mercado internacional foi importante para o desenvolvimento econômico do país, pois a intensificação de trocas comerciais entre o Brasil e os países da região levou ao crescimento de seu PIB e de seu IDH no período (1991-2010).

Palavras-Chave: Diplomacia. Integração sul-americana. Desenvolvimento econômico.

SOUTH AMERICAN INTEGRATION AND THE BRAZILIAN ECONOMIC DEVELOPMENT (1991-2010)

Abstract: The presidential and plenipotentiaries's diplomacy has made efforts for the South American integration process since the Brazilian redemocratization, that resulted in the created of Mercosur and Unasur. This article analyzes the Brazilian diplomatic trajectory in the South American integration, in order to understand geopolitics in the contexts of globalization, how these Blocs were created and the changes occurred in the Brazilian Growth Domestic Product (GDP) and in the Human Development Index (HDI) between 1991 and 2010. The research has showed the efforts of the Brazilian diplomacy during the sub-regional integration process. The hypothetic-deductive method has offered means to analyze the research object and to formulate a conjecture capable to respond to the due problem, that is, how have the South American integration and the Brazilian economic openness assisted the Brazilian economic development between 1991 and 2010? The authors have concluded that the South American integration and the Brazilian economic openness to the international market were important for the economic development of the

¹ Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, João Pessoa, Brasil, joabsongjp_soares@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-9591-3624>

² Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, João Pessoa, Brasil, apacifico@servidor.uepb.edu.br, <https://orcid.org/0000-0002-2744-7166>

country, because the intensification of trade exchange between Brazil and the States of the region resulted in the Brazilian GDP and HDI increase in the period (1991-2010).

Keywords: Diplomacy. South American Integration. Economic Development.

INTEGRAÇÃO SUDAMERICANA Y EL DESARROLLO ECONÓMICO BRASILEÑO (1991-2010)

Resumen: La diplomacia, presidencial y por diplomáticos, viene luchando en el proceso de integración sudamericano desde la redemocratización brasileña, que culminó con la creación de Mercosur y Unasur. Este artículo analiza el camino diplomático brasileño en la integración sudamericana, buscando comprender la geopolítica en el contexto de la globalización, cómo se formaron estos bloques y los cambios ocurridos en el Producto Interno Bruto (PIB) y en el índice de desarrollo humano (IDH) de Brasil en el período (1991-2010). La investigación nos permitió comprender los esfuerzos y la diplomacia brasileña en el proceso de integración subregional. El método hipotético-deductivo ofreció medios para analizar el objeto de la investigación y formular una conjetura capaz de responder al problema planteado, a saber: ¿Cómo ayudaron la integración sudamericana y la apertura de la economía brasileña en el desarrollo económico del país en el período (1991-2010)? Se concluyó que la integración sudamericana y la apertura de la economía brasileña al mercado internacional fue importante para el desarrollo económico del país, ya que la intensificación de los intercambios comerciales entre Brasil y los países de la región propició el crecimiento de su PIB y de su IDH en el período (1991-2010).

Palabras clave: Diplomacia. Integración sudamericana. Desarrollo económico.

INTRODUÇÃO

Após a ditadura militar e a redemocratização do Brasil, o então presidente José Sarney percebeu a necessidade de, segundo Candeas (2010, p. 229), “criar uma comunidade de interesses de base político-econômica com o Estado argentino, objetivando a construção de um relacionamento harmonioso e cooperativo com seu vizinho sul-americano”.

No advento da eleição de Fernando Collor de Mello, em 1990, com o impacto das doutrinas neoliberais, o governo brasileiro adota como preferência e estratégia de política externa, segundo Mattos (2015, p. 6), “o estreitamento de suas relações bilaterais com os Estados Unidos e o aprofundamento do processo de integração da América do Sul”.

Em seguida, Itamar Franco assume a chefia do executivo brasileiro, após o *impeachment* do presidente Collor, e a política externa brasileira se preocupa, segundo Bernal-meza (2002, p. 39), “em honrar com os compromissos externos herdados pela administração anterior e redirecionar o Brasil para um projeto de integração da América Latina”.

O governo brasileiro, em 1994, sob a tutela de Fernando Henrique Cardoso assina o Protocolo de Ouro Preto, com o objetivo, segundo Bernal-meza (2002, p. 40), de “adotar uma taxa externa comum para o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a entrada do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)”.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2002, termina seu mandato e assume, em seguida, Luiz Inácio Lula da Silva, buscando o “fortalecimento do MERCOSUL e a integração de toda a América Latina. Para isso, ele iniciou um demorado processo de articulação político-diplomático para trazer os países do Pacto Andino para a sua área de influência, formando assim a União de Nações Sul-americanas (UNASUL)”. (LULA, 2017, p. 13)

Este artigo analisa o percurso diplomático brasileiro no processo de integração da América do Sul, buscando entender a geopolítica no contexto da globalização, a forma de criação destes blocos e as mudanças ocorridas no Produto Interno Bruto (PIB) e no índice de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil no período (1991-2010).

A pesquisa, básica, exploratória, qualitativa e bibliográfica, permitiu compreender os esforços e os resultados de chefes de Estado brasileiro e seus agentes diplomáticos no processo de integração da América do Sul, que culminou na criação do MERCOSUL e da Unasul. O método hipotético-dedutivo, segundo Lakatos e Marconi (1991, p.38), neste contexto, ofereceu meios para analisar o tema e formular uma conjectura para responder ao problema de como a integração Sul-americana e a abertura da economia brasileira auxiliou no desenvolvimento econômico país no período (1991-2010).

A geopolítica no contexto da globalização

A geopolítica é uma área das ciências humanas que não está isenta de novas interpretações de eventos ocorridos no seu âmbito, em determinado tempo e espaço. O surgimento de novas teorias, para explicar acontecimentos intrínsecos e aplicar novas metodologias para entender parte de sua realidade objetiva, é trivial. Neste contexto, a geopolítica passa por significativas transformações teóricas, epistemológicas e metodológicas, denominadas, segundo Lindón (2010, p. 15), giros ou viradas da disciplina.

O conceito de “geopolítica” foi formulado, primeiramente, no século XX, por

Rudolf Kjéllen. Neste período, conhecimentos foram percebidos como primordiais para entender as relações entre os Estados e adquiriram prestígio considerável ao longo daquele século. Contudo, este campo de estudo não deixou de experimentar momentos de alta e de baixa valorização no percurso da história. Destarte, no contexto em que as interações entre os atores estatais se apresentaram em conflito, esta área encontrou um dos seus ápices. Conforme Becker (2013, p.25), foi no período entre guerras que os estudos sobre geopolítica se tornaram eminentes nos meios acadêmicos.

Neste período, os estudos de geopolítica foram influenciados pelos princípios do paradigma do realismo político, que percebia o Estado como ator central das relações interestatais, de personalidade egoísta e distanciada das questões morais. Além disto, ele observava a luta estatal pela maximização de poder, defesa de sua soberania e interesses expansionistas. Conforme ressalta Raffestin (1993, p. 22), o Estado era reconhecido como o único protagonista das relações internacionais e a única fonte de poder.

Ao priorizar o ator estatal como objeto de investigação, frisava-se a importância de seus três elementos constitutivos: governo, população e território. No entendimento de Mann (1992, p. 15), as pesquisas na área de geopolítica se concentravam sobre sua natureza institucional, territorial e centralizada. Sendo assim, esse paradigma clássico elucidava a orientação das primeiras elaborações das ideias que norteavam as investigações na área da geopolítica, a começar pela obra de Ratzel (1897, p. 12), que afirmava que este ator era um organismo vivo que procurava expandir-se territorialmente, pois necessitava de espaço vital.

O fenômeno da globalização, porém, trouxe profundas mudanças na geopolítica internacional, pois os Estados procuraram aprofundar suas relações comerciais via formação de blocos econômicos, que objetivavam desenvolvimento econômico e intensificação de relações sociais e culturais entre suas respectivas sociedades. Para Bauman (1999, p.22), a globalização é um processo que visa uniformizar ou homogeneizar o modo de vida social.

A onda neoliberal, liderada pelos Estados Unidos, no contexto do Consenso de Washington, foi essencial para aprofundar as relações comerciais entre os Estados e o processo de formação dos blocos econômicos presentes na realidade sistêmica latino-americana. Esta nova modelagem político-econômica foi acompanhada pelos avanços da tecnologia, que serviram para agregar valor aos produtos exportados por estes atores no comércio internacional, diferenciando-os

entre Estados exportadores de tecnologia e Estados de produtos agropecuários.

Na concepção de Castells (1999, p.20), a liberalização da economia, ou ainda o desenvolvimento de novas tecnologias, proporcionou aos mercados melhores formas de transações comerciais.

No que tange ao modo de análise das relações interestatais do período, notou-se o entendimento divergente entre a escola neorrealista e neoliberal. Os neorrealistas percebem as interações entre os atores na arena internacional por meio do egoísmo. Contudo, os neoliberais enfatizaram, neste íterim, relações cooperativas entre os Estados, intensificação das trocas comerciais e formação de blocos econômicos. O conflito e o uso da força eram obsoletos para eles. (KEOHANE; NYE, 1941).

Cabe salientar que esse modelo de cooperação neoliberal, *a posteriori*, passou a ser criticado pelos países em desenvolvimento, pois a chamada cooperação dos países centrais do sistema capitalista para com os periféricos, foi percebida pelos últimos como uma maneira dos países desenvolvidos continuarem os explorando (PREBISCH, 1962).

O fluxo de pessoas se intensificou devido aos avanços tecnológicos na área da aviação e nos incentivos ao turismo. Em consequência, problemas de imigração irregular se aprofundaram e ganharam maior relevância nos debates políticos internos e nos estudos acadêmicos. Os territórios se integraram e surgiram blocos formados por Estados, como a União Europeia (UE). No entendimento de Badie (1995, p. 33), neste contexto, o Estado se desenha como a-territorial.

Outras formas de organização do espaço territorial surgiram no contexto da globalização. As fronteiras dos Estados não foram eliminadas, pelo contrário, permaneceram delimitando os limites destes atores. Contudo, novas fronteiras passaram a limitar a extensão geoeconômica de blocos interestatais. Estas são criadas por intermédio, *a priori*, de assinaturas de acordos econômicos bilaterais e, *a posteriori*, multilaterais. Conforme Martin (1992, p. 35), novas fronteiras surgiram, as interblocos, sem que as nacionais sumissem.

Nos blocos regionais, a coordenação entre os seus membros é fundamental para ocorrer cooperação. Os conflitos de interesses podem ser resolvidos via negociação. Os membros precisam perceber que as recompensas por participarem do sistema cooperativo são mais recomendáveis do que agir de forma unilateral e egoísta.

De fato, busca-se, em um bloco econômico, ganhos absolutos. Além disto, na interdependência complexa, as interações com os Estados não membros também devem ser conduzidas de forma a não prejudicar a cooperação intrabloco. Segundo Haas (1976, p. 20), é necessário um padrão institucional definível, em que os conflitos de interesses, envolvendo trocas entre parceiros regionais e não membros, deveriam ser resolvidos em favor dos primeiros.

A criação da União Europeia (UE) se iniciou a partir da assinatura do acordo da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), na década de 50. Este acordo, assinado por Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Países Baixos, Itália, Luxemburgo, delineou o modelo da integração europeia calcado no mercado comum e inaugurou a ideia da supranacionalidade, pois este era subordinado às autoridades independentes dos Estados nacionais (JUNIOR, 2011).

A UE se organiza em um sistema de convivência da supranacionalidade (Comissão), um órgão com legitimidade democrática (Parlamento Europeu) e o intergovernamentalismo do Conselho. As medidas político-econômicas tomadas em seu seio são de conhecimento e consentimento de todos os Estados membros e visam o ganho de todos (UE, 2023).

Na opinião Mitrany (1943, p. 36), há rígida divisão de poderes e funções entre as autoridades territoriais, com igual status e consentimento na aplicação de políticas, que beneficiem a todos os membros do bloco.

Os blocos regionais são socialmente construídos por meio de acordos negociados entre as partes. Nas rodadas de reuniões, com autoridades político-diplomáticas dos Estados participantes e nas mesas de negociações, os entendimentos são costurados para que o dispositivo jurídico internacional, formulado no fim dos esforços para a integração, beneficie a todos os *players* envolvidos.

Para Santos (2014, p. 27), as etapas para criar blocos regionais são as zonas de preferência tarifária, as zonas de livre comércio, as uniões aduaneiras, as uniões econômicas, os mercados comuns, as uniões monetárias e a união política.

A primeira etapa (zona de preferência tarifária) é considerada o mais elementar dos processos de integração e pode acontecer bilateral ou multilateralmente, para facilitar trocas comerciais entre Estados. Neste estágio, os atores envolvidos realizam acordos comerciais sobre produtos específicos e de necessidade para cada um deles. Segundo Andrade (2013, p. 15), estes acordos

são firmados com o intuito de promover o comércio de certos produtos ou grupos de produtos por meio da diluição das barreiras tarifárias e não tarifárias.

Em segundo, há as zonas de livre comércio (ZLC). Neste momento, atores estatais eliminam mutuamente impedimentos provenientes de tarifas sobre as atividades do comércio exterior, intensificando trocas comerciais para alcançar o desenvolvimento econômico. Conforme Mariano (1995, p. 36), este processo pressupõe a extinção completa de tarifas entre os sujeitos que compõe o acordo, mantendo total soberania em relação a terceiros países.

Em seguida, há a união aduaneira, uma zona de livre comércio que adota uma tarifa externa comum (TEC), o que proporciona maior competitividade entre os atores, evita a formação de oligopólio, diminui o número de alíquotas e fortalece o comércio exterior entre estes. Segundo Balassa (1973, p. 24), ela implica na equalização dos direitos em relação ao comércio com os países não membros, além da supressão das discriminações, no que se refere aos movimentos de mercadorias, no interior da união.

Em quarto, há o mercado comum, que difere fundamentalmente da união aduaneira por permitir a livre circulação de mercadorias e prever a circulação de serviços e fatores de produção, ou seja, de capitais e de pessoas. Os cidadãos dos países membros encontram maior facilidade para adentrar nos territórios nacionais, incentivando o turismo, aquecendo suas economias e permitindo empregos para a mão-de-obra transnacional. Assim, segundo Cabral (2013, p. 36), a livre circulação dos fatores de produção, capital e trabalho possibilita o livre estabelecimento e a livre prestação de serviços pelos seus nacionais.

Em quinto, a união econômica monetária, por sua vez, é uma das etapas mais importantes do processo de integração, alcançado, até o momento, parcialmente apenas pela União Europeia (UE), uma vez que alguns países daquele continente ainda não fazem parte do bloco. A questão da moeda comum é um elemento que transparece a percepção de identidade financeira do bloco, tornando as transações comerciais mais rápidas, sem necessidade de conversão de câmbio. A moeda única passa a circular no sistema financeiro dos Estados acordantes, incentivando seu crescimento econômico. Conforme Lemos (2015, p. 18), nesta etapa, os Estados membros retiram de circulação suas moedas nacionais e aderem a uma moeda comum.

Além das cinco etapas de integração, por fim, entende-se que a união política deve ser acrescentada neste processo, pois, nada do que foi realizado, até então,

seria possível sem a coordenação de chefes de Estado, ministros de relações exteriores, representantes de partidos e membros da sociedade civil de cada país.

Neste contexto, o conjunto das democracias se articula na promoção do desenvolvimento econômico e bem-estar de suas populações, além disto, agem de forma conjunta para aprofundar acordos que sejam vantajosos a todos. Segundo Junker (2014, p. 21), esta proporciona as bases que antecede a uma verdadeira responsabilização democrática, legitimidade e reforço institucional, facilitando a articulação política dentro do bloco regional. Em seguida, explica-se como se deu a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da União de Nações Sul-americanas (Unasul).

A criação do Mercosul e da Unasul

A formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) se deu a partir da percepção do governo brasileiro acerca da necessidade de criar uma comunidade de interesses político-econômicos com a Argentina. O Brasil, no governo do presidente Sarney, e a Argentina, no governo do presidente Alfonsín, assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICID) (1989, p. 1), “com o objetivo principal de remover todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens e serviços nestes, no prazo máximo de dez anos”.

Cabe salientar que o presidente Sarney e o presidente Alfonsín pensavam o processo de integração mercosulina nos moldes do regionalismo aberto da CEPAL, que propunha o desenvolvimento por meio do processo de substituição de importações, seguida pela prática da integração regional, e com vistas ao aproveitamento das economias de escala. Contudo, a partir de 1990, quando Collor é eleito presidente do Brasil e Menem é eleito presidente da Argentina, essa concepção cepalina de integração regional foi substituída pela concepção neoliberal (PINCHEMEL, 2013).

Destarte, iniciou-se, nesse contexto, uma grande abertura do mercado brasileiro para o mundo e uma aproximação estreita de sua política externa com os Estados Unidos, pois, segundo Pecequillo (2008, p.8), “nesse período, entendia-se que com o fim da bipolaridade o cenário tornara-se unipolar e se o Brasil desejasse participar desta nova ordem, à proximidade com os EUA era prioritária”.

Brasil, Argentina e, logo em seguida, Uruguai e Paraguai, mesmo percebendo riscos no processo liberalizante, entendiam que havia a oportunidade de integração.

Nesse sentido, o processo de abertura econômica entre estes Estados se iniciou com a assinatura do Acordo de Complementação Econômica nº14 (1991, p. 1), “de natureza bilateral entre Brasil-Argentina, com objetivo explícito de facilitar a criação de condições necessárias para o estabelecimento do mercado comum entre ambos os países signatários”.

Concomitantemente, este acordo se tornou multilateral, quando Uruguai e Paraguai, cada qual se inserindo estrategicamente de maneira diferente na opção do MERCOSUL, o assinaram. Segundo Seintenfus (1992, p. 15), “para o Uruguai a opção mercosuliana estava no âmago de todo o planejamento de desenvolvimento do país e o Paraguai visualizava o bloco com interesse nas consequentes relações econômicas privilegiadas com os três parceiros”.

O MERCOSUL, neste contexto, além de intensificar o comércio entre os seus membros, se tornou um instrumento de inserção internacional, sendo por meio dele que, segundo Oliveira e Rodrigues (2016, p.9), “os países que o compõem, se lançaram em organismos como a Organização Mundial do Comércio (OMC) com uma posição coesa e forte, capaz de ser ouvida”.

A incorporação de Uruguai e Paraguai no processo Brasil-Argentina de liberalização comercial e a necessidade de se ter uma frente comum para negociar com os Estados Unidos, culminou em um acordo, conhecido como Acordo Jardim de Rosas, em que, segundo Amorim (2009, p. 17), “pela primeira vez na história das relações comerciais interamericanas, os Estados Unidos se dispuseram a firmar um acordo com um órgão multilateral latino-americano”.

Esse acordo foi permeado por grande simbolismo, no que tange ao formato da mesa de negociações, pois, ao invés de se escolher uma mesa redonda, escolheu-se uma mesa retangular. De um lado, estavam os Estados Unidos, e do outro, os quatro países sul-americanos. Os temas foram divididos entre estes últimos, de forma a possibilitar que todos participassem das negociações.

Embora o presidente Collor visse um alinhamento automático com os Estados Unidos, objetivo estratégico e preferencial para a política externa brasileira, foi no primeiro ano de seu mandato, em 1991, que os quatro países, atualmente membros do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), assinaram o Tratado de Assunção (2017, p. 1), para “ampliar as dimensões dos mercados nacionais, através da integração, e acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social”.

No âmbito doméstico, esse posicionamento neoliberal da política externa do então presidente Collor contrastava com o projeto democratizante no qual o Brasil se

propôs a partir da Constituição de 1988. Dagnino (2004, p.8) explica que havia “uma confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal, que culminou, em 1992, numa aguda crise de governabilidade e na saída deste presidente do poder”.

Em seguida, com a ascensão do presidente Itamar Franco, no mesmo ano, a política externa se preocupou, segundo Franco (2008, p. 2), “com a inserção do país no novo contexto de globalização econômica, o cumprimento dos compromissos firmados com os credores internacionais, como também, retornar ao debate multilateral da regionalização da América do Sul”.

Ademais, após um grande processo de discussão acerca da tarifa externa comum, no governo Itamar, é assinado, em 1994, o Protocolo de Ouro Preto (2017, p. 12), em que os países membros do bloco acordaram acerca de sua estrutura institucional, que contaria, entre outros, com “o Conselho do Mercado Comum (CMC); o Grupo Mercado Comum (GMC); a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM)”.

No caso do MERCOSUL, a tarifa externa comum (TEC) poderia ser 35% e a média de 26% ou 27%. Mas, a aplicada passou a ser 11%. Então, em vez de 35%, os países signatários do bloco negociam a partir de 11%, o que é mais difícil e complicado e os coloca diante de um processo de liberalização ante a maior economia do mundo, de forma quase que avassaladora.

Ao fim do governo Itamar Franco, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), assume a presidência do Brasil. A política externa brasileira (PEB), neste momento, conforme Cardoso (2010, p. 1), iria “valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença tanto política como econômica que permitisse aprofundar os esquemas de integração regional”.

Cabe ressaltar que, durante o seu governo, os Estados Unidos retomaram a ideia de George Bush, agora em outra roupagem. O então presidente Bill Clinton propôs a todo continente americano a Área de Livre Comércio da Américas (ALCA), bloco que, segundo o Senado (2011, p. 21), daria a esse Estado “um crescimento em torno de 4% do Produto Interno Bruto da América Latina e poderia significar um aumento de cerca de 10% nas exportações americanas”.

A estratégia estadunidense, além de objetivos econômicos, procurava, segundo Biato e Castro (2011, p. 9), “não perder ou diminuir a sua influência na região e impossibilitar a proposta brasileira de integração lançada pelo então

Presidente brasileiro Itamar Franco com vistas à formação da Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA)”.

O mandato de FHC, em 2001, se encerra e assume em seu lugar Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. O presidente Lula, percebeu que a Política Externa Brasileira (PEB) tinha como prioridade a adesão do projeto estadunidense da ALCA, pois, segundo Amorim (2010, p. 23), “havia 10 ou 12 pessoas nos Ministérios que trabalhavam com o MERCOSUL e 40 ou 50 pessoas que trabalhavam com a ALCA”.

Após constatar o posicionamento da PEB, herdado do governo FHC, e visando mudar seu eixo de atuação, no início de seu governo, segundo Da Silva (2008, p. 15), o presidente Lula decidiu que “as prioridades da política externa brasileira seria a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida e uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL”.

Assim, para fortalecer o MERCOSUL, foi necessário reconhecer assimetrias entre os países do bloco. Aos poucos, foi criado, segundo Pinto (2012, p. 8), “um instrumento financeiro para ajudar aos países”, qual seja, o Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (Focem), com o fim de seus Estados membros.

O Focem (2017, p. 1) foi criado pela Decisão CMC N° 45/04. Em seguida, a Decisão CMC N° 18/05 estabeleceu as normas para sua integração e seu funcionamento. Em 2010, a Decisão CMC N° 01/10 definiu seu regulamento atual e os critérios de formulação dos projetos.

Os projetos do Focem devem ser desenvolvidos, segundo Morgado (2009, p.5), em quatro programas: “o desenvolvimento estrutural, competitividade produtiva, o reforço à estrutura institucional e o desenvolvimento social do MERCOSUL”.

Com a intensificação do processo de integração, ficou clara a necessidade de maior participação dos legislativos nacionais. A Comissão Parlamentar Conjunta, em 2003, celebrou, com o Conselho do Mercado Comum, um acordo interinstitucional para “agilizar a tramitação nos congressos nacionais de todas temáticas que exigissem a aprovação legislativa para sua recepção pelos ordenamentos jurídicos dos Estados membros do bloco” (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2011, p. 1), culminando, em 2006, na aprovação do Protocolo Constitutivo do Parlamento MERCOSUL.

No mesmo tempo em que a PEB tratava de fazer avançar o MERCOSUL, procurava também retomar a ideia de um processo de integração para o conjunto da América do Sul. Para avançar nesse processo de integração, a Iniciativa para a

Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA) foi adaptada às novas prioridades, que eram, basicamente, obras de infraestrutura nos forma maneira efetiva.

Acerca dessa adaptação, o Itamaraty (2011, p.1) informou que, “com essa medida, os países buscam conferir o devido suporte político e estratégico, no mais alto nível, às atividades desenvolvidas na área de integração da infraestrutura física regional”.

Uma vez iniciados os investimentos na área de infraestrutura, o próximo passo era a necessidade de um acordo de livre comércio. Com um pouco mais de pragmatismo, ao invés de propor um esquema abrangente, o Brasil, conforme informação do Itamaraty (2011, p. 4), “objetivava a adesão dos demais países por vias do próprio MERCOSUL”.

Para tanto, o Brasil já havia firmado, em 25 de junho de 1996, um acordo de livre comércio com o Chile (Acordo de Complementação Econômica, N°35) e, em 17 de dezembro desse mesmo ano, com a Bolívia (Acordo de Complementação Econômica, N°36), com o fim de

[e]stabelecer o arcabouço jurídico e institucional de cooperação e integração econômica e física que contribua à criação de um espaço econômico ampliado, que tenda a facilitar a livre circulação de bens e serviços e a plena utilização dos fatores produtivos; formar uma área de livre comércio entre as Partes Contratantes em um prazo máximo de 10 anos, mediante a expansão e diversificação do intercâmbio comercial e a eliminação das restrições tarifárias e não tarifárias que afetam o comércio recíproco (SICE, 2011, p. 1).

A diplomacia brasileira havia conseguido acordos com esses dois países. Faziam-se, então, necessário a absorção do Pacto Andino; tarefa esta que exigiu muito tempo e esforço diplomático, inclusive do próprio presidente Lula. Apesar da dificuldade encontrada para a realização desses acordos, as negociações foram satisfatórias.

Colômbia, Equador e Venezuela assinam o acordo de complementação econômica N°59, com o objetivo de formar uma área de livre comércio entre as Partes Contratantes, mediante a expansão e a diversificação do intercâmbio comercial e a eliminação das restrições tarifárias e não tarifárias que afetam o comércio recíproco (SICE, 2011, Art. 1).

Os acordos propostos para uma área de livre comércio dos Estados da América do Sul, segundo o Parlamento do MERCOSUL (2018, p. 2), “foram acatados e em seguida foram incorporados à Associação Latino-americana de

Integração (ALADI), pois, com o amparo dessa instituição, alcançava-se a legalidade junto à Organização Mundial de Comércio (OMC)”.

Saliente-se que a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) foi criada para dar continuidade aos esforços de integração econômica iniciados em 1960, com a criação de sua predecessora, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Instituída pelo Tratado de Montevideu, em 12.08.1980, ela previu que as Partes Contratantes continuassem com esse processo, promovendo o desenvolvimento econômico-social, harmônico e equilibrado da região e estabelecendo um âmbito operacional mais ágil e flexível, com a celebração de diferentes modalidades de acordos comercial e de cooperação em múltiplas áreas e matérias.

Entre os objetivos da Associação estava a implantação, gradual e progressivamente, de um mercado comum latino-americano, caracterizado principalmente pela adoção de preferências tarifárias e pela eliminação de restrições não tarifárias.

Estabelecidos os pilares econômicos, com uma área de livre comércio e de infraestrutura, era preciso dar uma vertente política a esse processo. Segundo Amorim (2010, p. 26), “a construção das relações políticas se deu pela extensão dos acordos do MERCOSUL ao conjunto da comunidade Andina, culminando na criação da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), em 2004”.

Em 2007, ela passou a ser chamada União de Nações Sul-americanas (UNASUL), com objetivos específicos, segundo o Itamaraty (2011, p.4), “de fortalecer o diálogo político entre os Estados Membros que assegure um espaço de concertação para reforçar a integração sul-americana e a participação da UNASUL no cenário internacional”.

O Estado brasileiro objetiva alcançar o seu desenvolvimento econômico, ou seja, aumentar o seu Produto Interno Bruto (PIB) e melhorar o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Por isso, a partir do governo Sarney, a estratégia da PEB foi intensificar suas relações comerciais como os países sul-americanos por meio do MERCOSUL e da Unasul. Sendo assim, cabe indicar caminhos para o desenvolvimento econômico brasileiro e verificar se o PIB e o IDH do país melhoraram após a criação e a participação do Brasil nestes dois blocos regionais.

A integração sulamericana e o desenvolvimento econômico brasileiro

O Estado brasileiro, no período (1991-2010), procurou beneficiar-se do processo de integração regional para melhor inserção no sistema internacional como líder regional e desenvolver sua economia por meio de transações comerciais com os seus vizinhos. Segundo Spektor (2010, p.34), o Brasil, por ser o maior territorialmente, mais rico e mais populoso país de sua região imediata, ora a representa, ora ajuda a gerenciá-la.

Apesar de não ter sido, em todos os momentos históricos de suas relações exteriores, devido principalmente à influência e à proximidade geopolítica com os Estados Unidos, inclinado a aprofundar as suas interações com os vizinhos sul-americanos, foi inegável, no período em análise, os esforços da diplomacia brasileira neste intuito.

No entendimento de Saraiva (2010, p.152), o relacionamento do Brasil com seus vizinhos e os esforços para construir uma liderança regional não têm sido consistentes nos últimos vinte anos, com diferentes estratégias e prioridades.

De maneira geral, o que prevaleceu durante este recorte temporal foram as iniciativas do Brasil para aprofundar a integração sul-americana sob a sua liderança, visando seu desenvolvimento econômico e sua projeção como potência regional, o que lhe daria, na visão dos formuladores de sua política externa, o impulso necessário para se tornar um *global player*. Conforme Vigevani e Ramanzini Jr. (2014, p.542), há ambiguidades, mas a tendência que prevalece é a do interesse pelo fortalecimento da cooperação e, na medida do possível, da integração.

Evidentemente que, durante este período, dificuldades surgiram, exigindo da diplomacia brasileira a sensibilidade de ora enrijecer ora flexibilizar as negociações com os seus pares. Mas, o processo de integração sul-americana era considerado um caminho primordial a ser trilhado para o desenvolvimento nacional. Na concepção de Vigevani e Ramanzini Jr. (2010, p.480), a noção de desenvolvimento encontrou um terreno comum com a de integração, ainda que com todos os percalços que permanecem no final da primeira década do século XXI.

O tema do desenvolvimento econômico tem sido abordado desde Adam Smith (1996), que tratava da riqueza das nações. Contudo, ele o analisava apenas pelo crescimento do PIB, sendo contestado *a posteriori*. Assim, foi criada a contabilidade social para, a partir de outros fatores, como o IDH, verificar o grau do

desenvolvimento dos países. Para Santos (2014, p.12), a síntese dessa visão era fornecida pela noção de PIB *per capita*, que oferecia um indicador geral do quanto à produtividade social disponibilizava potencialmente de renda/produto a cada indivíduo.

Na área da economia, três setores específicos podem auxiliar no desenvolvimento econômico do Brasil: agropecuária, indústria e serviços, que, juntos, formam o conjunto das atividades produtivas do país. Segundo Guimaraes e Pereira (2014, p.23), a agropecuária envolve as atividades humanas destinadas ao cultivo da terra (agricultura) e à criação de animais (pecuária).

A atividade industrial do Brasil é o setor cuja atividade se preocupa com a produção de bens necessários para a população e para o comércio. No entendimento de Vieira *et al* (2014, p. 486), há efeitos favoráveis que o setor industrial e sua participação relativa na economia podem exercer, em termos da dinâmica de crescimento nas diversas economias, quando comparada aos demais.

Por fim, o setor de serviço se apresenta como importante via para o ciclo de desenvolvimento econômico do país, uma vez que proporciona a abertura de postos de empregos formais e informais e impacta na questão da renda dos trabalhadores e no consumo da população. Segundo Silva *et al* (2018, p. 2016), o setor de serviços assume posição de destaque na economia brasileira contemporânea, seguindo uma tendência histórica de crescimento da participação desse setor no emprego.

Em suma, o conjunto de riquezas produzidas por estas atividades econômicas dentro do Estado é denominado Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é um indicador importante e posiciona os Estado no *ranking* das mais ricas e pobres do mundo. Neste contexto, Czimikosk (2015, p. 10) explica que o PIB é o principal medidor do crescimento da economia de uma cidade, região, estado, país, ou grupo de nações.

Uma vez que o nível de desenvolvimento do país é medido pelo crescimento de seu PIB e de seu IDH (saúde, educação e renda), na concepção dos formuladores de política externa deste período, o Brasil precisava combater os níveis de desemprego e assegurar e efetivar os direitos sociais de seus cidadãos, explícitos no art. 6º da Constituição da República de 1988, a saber: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Destarte, algumas medidas governamentais foram realizadas para alcançar este objetivo, como uma maior aproximação comercial com os países da América do

Sul, pois o aprofundamento do comércio poderia aumentar o PIB e os investimentos na área social do país, melhorando, assim, o IDH brasileiro. Swinburn *et al* (2006, p.18) explicam que o país tem capacidade para melhorar a qualidade de vida de sua população, criar novas oportunidades econômicas com os países sul-americanos e lutar contra a pobreza.

No entendimento dos formuladores de PEB deste período, o desenvolvimento econômico do Brasil poderia ser promovido por meio da coordenação dos investimentos nas atividades produtivas e no aumento de suas exportações para os países da América do Sul. Segundo Hausman e Rodrik (2003, p.20), cada atividade produtiva apresenta um potencial gerador de crescimento diferente, resultado da heterogeneidade das estruturas de mercado, elasticidades-renda de cada produto e retornos de escala de cada atividade.

O caminho de desenvolvimento de um país é determinado pelo seu poder de acumulação de capacidades, as quais são requeridas no processo produtivo de bens variados e, preferencialmente, mais sofisticados. Assim, a complexidade da estrutura produtiva dos países é a variável central para se explicar crescimento e desenvolvimento: habilidades diferentes indicam desempenhos diferentes (HIDALGO E HAUSMANN, 2009, p. 24).

Os tomadores de decisões brasileiros constataram que o modelo de crescimento econômico brasileiro continuava baseado na acumulação de capital e na imitação tecnológica e o país não havia mudado a sua estratégia de crescimento, nem adquirido capacidade de competir com Estados desenvolvidos nas áreas de tecnologia, produtividade e habilidades, pois, segundo Silva e Melo (2001, p.10), persistiam dificuldades de financiamento no setor e obstáculos institucionais que dificultaram o avanço da área de Ciência e Tecnologia.

Uma das saídas do Brasil para alcançar o desenvolvimento econômico se daria a partir da diversificação de suas exportações, principalmente para os países da América do Sul. Para isto, seria preciso investir em educação, ciência e tecnologia para o país produzir e vender produtos com valor agregado no comércio internacional, diminuindo a sua dependência do comércio de *commodities*. Carvalho (2006, p.15), comparando a cesta de exportações dos países que foram capazes de se desenvolver, concluiu que estes possuíam cestas com uma maior diversidade de bens, sendo eles mais sofisticados e menos comuns do que os produzidos pelos países que permaneceram em desenvolvimento.

Partindo da premissa de que, para um país se desenvolver, é preciso aumentar e investir parte do seu PIB em educação, saúde e renda, um dos primeiros

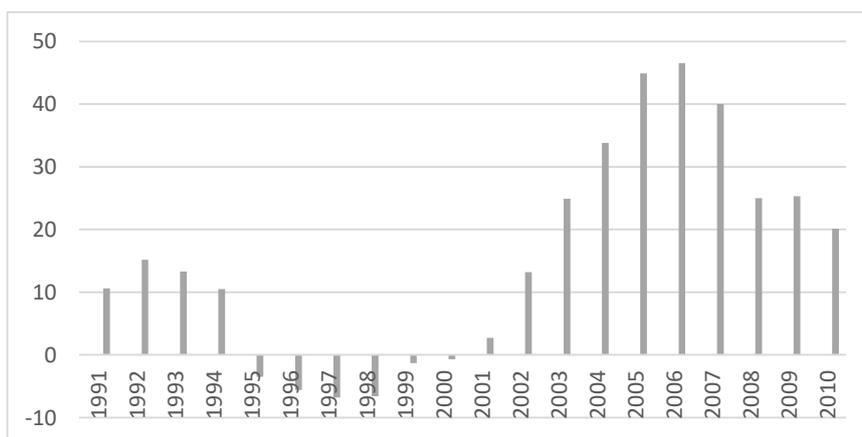
objetivos dos formuladores da PEB foi promover a abertura da economia brasileira para o comércio internacional, no período (1991-2010), para que o governo brasileiro, por meio desses esforços e a partir dos resultados dessas transações comerciais, galgasse seu objetivo de possibilitar o crescimento do PIB do Brasil e, *a posteriori*, pudesse investir nas áreas sociais mencionadas.

A tabela 1 e o gráfico 1 mostram os resultados das exportações brasileiras, a partir da implementação da estratégia dos formuladores de PEB, de promover a abertura da economia brasileira para o comércio internacional, no recorte temporal já mencionado.

Tabela 1- O saldo comercial brasileiro em bilhões de dólares para o comércio internacional (1991-2010)

ANO	SALDO
2010	20,1
2009	25,3
2008	25,0
2007	40,0
2006	46,5
2005	44,9
2004	33,8
2003	24,9
2002	13,2
2001	2,7
2000	-0,7
1999	-1,3
1998	-6,6
1997	-6,8
1996	-5,6
1995	-3,5
1994	10,5
1993	13,3
1992	15,2
1991	10,6

Fonte: SECEX/MDIC e RFB/MF (2011)

Gráfico 1- Saldo comercial brasileiro em bilhões de dólares para o comércio internacional (1991-2010)

Fonte: os autores, com base nos dados de SECEX/MDIC e RFB/MF (2011).

Ao investigar a evolução do comércio exterior brasileiro no período (1991-2010), notou-se que a estratégia dos formuladores de PEB, em promover a abertura da economia brasileira para o comércio internacional, resultou em uma pequena melhora nos resultados das exportações brasileiras para o comércio internacional, entre 1991 e 1994 e entre 2001 e 2010, o que contribuiu para o crescimento do PIB do país, nesse período.

Ainda, partindo da premissa de que, para um país se desenvolver, é preciso aumentar e investir parte do seu PIB em educação, saúde e renda, os formuladores da PEB articularam a criação do MERCOSUL e da UNASUL, no período (1991-2010), com o fim de alcançar o crescimento do PIB do país e, *a posteriori*, investir nas áreas sociais mencionadas. Esse objetivo foi alcançado com a intensificação das transações comerciais entre o Brasil e os países desses blocos, conforme mostram os resultados das exportações brasileiras para esses dois blocos regionais, no recorte temporal indicado (Tabela 2 abaixo).

Tabela 2- exportações brasileiras para Mercosul e Unasul (1991-2010)

ANO	SALDO (US\$)
2010	22.601.500.959
2009	15.828.946.773
2008	21.737.308.031
2007	17.353.576.477
2006	13.985.828.343
2005	11.746.011.414
2004	8.934.901.994
2003	5.684.309.729
2002	3.318.675.277
2001	6.374.455.028
2000	7.739.599.181

1999	6.777.871.670
1998	8.878.233.843
1997	9.045.110.950
1996	47 746
1995	46
1994	43
1993	38
1992	35 793
1991	31 620

Fonte: Mendes (1997), Gill e Lamberti (2016).

Verifica-se, na tabela acima, que as exportações brasileiras para o MERCOSUL aumentaram, no período de 1991 a 2009, saindo da casa dos milhões para bilhões, a partir de 1997. Além disso, as exportações brasileiras, em uma constante crescente, alcançaram o seu melhor resultado em 2010, quase 23 bilhões de dólares, ano em que o país passou a exportar, não somente para o MERCOSUL, mas também para os países da UNASUL.

Em seguida, na tabela 3, verifica-se a taxa de crescimento do PIB brasileiro, no mesmo período (1991 a 2010). Os resultados permitem visualizar que as estratégias e os esforços dos formuladores da PEB (na promoção da abertura da economia brasileira para o comércio internacional e na criação do MERCOSUL e da UNASUL), via intensificação das transações comerciais intrabloco, aumentou o PIB brasileiro, havendo, como consequência, maior capacidade do país para investir em educação, saúde e distribuição de renda; o que ocorreu efetivamente.

Tabela 3- Taxa de crescimento do PIB brasileiro (1991-2010)

ANO	SALDO (%)
2010	7,53%
2009	-0,13%
2008	5,09%
2007	6,07%
2006	3,96%
2005	3,20%
2004	5,76%
2003	1,14%
2002	3,05%
2001	1,39%
2000	4,39%
1999	0,47%
1998	0,34%
1997	3,39%
1996	2,21%
1995	4,22%
1994	5,85%
1993	4,92%
1992	-0,54%

1991	1,03%
------	-------

Fonte: IBGE (2020)

Na tabela acima, verifica-se que o PIB brasileiro, apesar de variações negativas em certos períodos, devido às crises internacionais que impactaram na economia brasileira, apresentou um ritmo de crescimento constante (1991-2010), após a criação dos já referidos blocos, uma maior inserção econômica e participação brasileira no comércio internacional e na região sul-americana.

Em seguida, a tabela 4 mostra o investimento do PIB brasileiro nas áreas da educação, saúde e distribuição de renda, no período (1991-2010), como resultado do aumento do PIB.

Tabela 4- Investimento do PIB brasileiro em educação, saúde e distribuição de renda (1991-2010)

ANO	PIB (em reais)	INVESTIMENTO DO PIB EM EDUCAÇÃO (%)	INVESTIMENTO DO PIB EM SAÚDE (%)	INVESTIMENTO DO PIB EM RENDA (%)
2010	3.885.847	11%	3,6%	41%
2009	3.333.039	10%	3,7%	42%
2008	3.109.803	7%	3,6%	42%
2007	2.720.585	6%	3,6%	40%
2006	2.409.450	5%	3,6%	40%
2005	2.170.585	4%	3,6%	39%
2004	1.957.751	6%	3,4%	38%
2003	1.717.950	4%	3,2%	39%
2002	1.488.787	5%	3,3%	39%
2001	1.315.755	5%	3,1%	39%
2000	1.199.092	4%	2,9%	39%
1999	1.087.710	2,16%	1,75%	35%
1998	1.002.351	2,25%	1,73%	36%
1997	952.089	2,38%	1,66%	35%
1996	854.764	2,33%	1,63%	35%
1995	705.992	2,27%	1,61%	35%
1994	349.205	2,23%	1,59%	40%
1993	38.767.062	2,03%	1,57%	45%
1992	1.762.636.611	1,86%	1,55%	43%
1991	165.786.498	1,77%	1,53%	41%

Fonte: IBGE (2023); Estadão (2022); Faria (2022); Barros e Piola (2016); Powidayko e Boianovsky (2011).

Na tabela acima, verifica-se, em primeiro, que os investimentos do PIB com a renda dos brasileiros foram maiores ou iguais a 40%, de 1991 a 1994, menores ou iguais a 39%, de 1995 a 2000, menores ou iguais a 42%, de 2001 a 2010. Em segundo, os investimentos do PIB em educação foram de 1,77% a 4%, de 1991 a 2000, e 5% a 11%, de 2001 a 2010. Por fim, os investimentos do PIB em saúde foram de 1,53% a 2,9%, de 1991 a 2000, 3,1% a 3,6%, de 2001 a 2010. De fato, os

investimentos nas áreas de educação saúde e renda, embora modestos, acompanharam o crescimento do PIB brasileiro, no período de 1991 a 2010.

Em seguida, na tabela 5, externa-se a média por década (1990-2010), do índice de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil, com o objetivo de, por meio da análise de seus dados, verificar se o aumento dos investimentos do PIB do Brasil possibilitou melhora no IDH do Brasil.

Tabela 5- Índice de desenvolvimento humano – média por década (1990-2010)

DÉCADA	IDH	CLASSIFICAÇÃO
2010	0,737	MÉDIO
2000	0,683	MÉDIO
1990	0,608	MÉDIO

Fonte: PNUD–GRDH (2015)

Ao analisar a evolução do IDH brasileiro (1990-2010), notou-se uma pequena melhora neste índice, apontando que a criação dos dois referidos blocos e uma melhor inserção internacional da economia brasileira e na região sul-americana, possibilitaram o aumento de seu PIB e um maior investimento dele nas áreas de educação, saúde e renda, influenciando de forma positiva no processo de desenvolvimento econômico do país.

Portanto, o Brasil continua, apesar das dificuldades enfrentadas desde 2014, um país promissor. Mas, para se tornar desenvolvido, e não apenas mostrar surtos de crescimento, há um caminho longo, pautado por uma mudança de estratégia de crescimento que se alicerce na inovação, no desenvolvimento da área de ciência e tecnologia, na intensificação de suas relações comerciais com os países sul-americanos e nos investimentos nas áreas sociais, pois estas estratégias macroeconômicas possibilitam o aumento do seu PIB e, uma vez investindo parte desta riqueza no bem-estar de sua população, melhoraria o seu IDH.

Considerações finais

A geopolítica, no atual Sistema Internacional interdependente, passou por mudanças profundas, que se tem externalizado pela formação de blocos econômicos cada vez mais relevantes nessa nova ordem internacional.

No contexto da globalização os Estados procuram inserir-se no cenário internacional por meio da criação de blocos econômicos, para terem maior participação e peso nas decisões internacionais, uma vez que muitos deles, especificamente, os países em desenvolvimento, não possuíam, por si só, espaço

de manobra nos grandes fóruns internacionais. O Estado brasileiro, nesse sentido, no pós-guerra fria, traz para a sua área de influência a Argentina, com o intuito de melhor se inserir na arena internacional, assinando, com esse país, acordos de cooperação e dando o primeiro passo concreto para uma integração da América do Sul.

A ideia de uma integração dos países da região sul-americana era o objetivo da PEB, pois, o Brasil, como qualquer Estado, almejava posição de liderança e ponte de negociações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; visível quando; no período Collor, o país, mesmo mantendo relações estreitas com os Estados Unidos e estabelecendo políticas neoliberais, dá grande passo nesse sentido, com a assinatura do Tratado de Assunção.

A partir de então, devido às consequências da liberalização da economia brasileira no período citado, a PEB se tornou mais cautelosa em relação a esse processo, mantendo, ainda, relação com grandes potências econômicas, embora voltando-se para a regionalização, com a criação do MERCOSUL.

O Estado brasileiro, no governo FHC, sofreu pressões externas provenientes dos Estados Unidos para aceitar a proposta da ALCA. Contudo, a ideia não logrou êxito e foi afastada das mesas de negociações quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prioriza o fortalecimento do MERCOSUL e criou, em seu governo, a UNASUL, com o objetivo de estreitar laços econômicos, políticos, sociais e culturais com os países da América do Sul.

Conclui-se que a integração da América do Sul e a abertura da economia brasileira para o comércio internacional foram importantes para o desenvolvimento econômico do país, pois a intensificação das trocas comerciais entre os países desta região fez com que o PIB e o IDH do Brasil melhorassem no período (1991-2010) em que foram criados o MERCOSUL, a UNASUL e o Brasil melhor se inseriu na economia da região, intensificando trocas comerciais com os países sul-americanos.

REFERÊNCIAS

ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº14. **Brasil-Argentina (ACE-14)**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/132acordosdosquaisobrasile-parte/1818-acordos-brasil-argentina-ace-14> Acesso em 05 de dezembro de 2020.

ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº36. **MERCOSUL–Bolívia (ACE-36)**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/132-acordos-dos->

quais-o-brasil-e-parte/1821-acordos-mercosul-bolivia-ace-36 acesso em 08 de dezembro de 2020.

ALADI. Aladi/Fecomércio Minas. Disponível em: www.aladi.org Acesso em 05 de dezembro de 2020.

AMORIM, Celso. **VI curso para diplomatas sul-americanos**. Rio de Janeiro, 2 a 28 de abril de 2009: Palácio Itamaraty. Ministério das Relações Exteriores: Brasília, 2010.

ANDRADE, Juliana Demori. **Direito de integração do MERCOSUL e o processo de harmonização legislativa dos impostos sobre vendas e circulação de mercadorias**. Programa de pós-graduação em direito: Curso de Mestrado em Direito Público. Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Direito Prof. Jacy de Assis, 2013.

BADIE, Bertrand. **La fin des territoires**. Paris: Fayard, 1995.

BALASSA, B. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1973.

BARROS, Maria Elizabeth Diniz; PIOLA, Sérgio Francisco. **O financiamento dos serviços de saúde no Brasil**. Sistema de saúde no Brasil: organização e financiamento / Rosa Maria Marques, Sérgio Francisco Piola, Alejandra Carrillo Roa (Organizadores). – Rio de Janeiro: ABrES; Brasília : Ministério da Saúde, Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento ; OPAS/OMS no Brasil, 2016. 260 p.:il.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECKER, Bertha. **Manual do candidato: geografia** / Bertha Becker; apresentação do Embaixador Georges Lamazière. – Brasília : FUNAG, 2012.

BERNAL-MEZA, Raúl. **A política exterior do Brasil: 1990-2002**, 2002.

BIATO, Marcel; CASTRO, Marcel. **Integração Regional na América do Sul e o Papel da Energia Elétrica**, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/constituicao-federal/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil> acesso em 20 de dezembro de 2020.

BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. **Uma Perspectiva de Longo Período sobre a Integração Latino-americana Vista pelo Brasil**. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 549-583, 2014.

CABRAL, Alex Ian Psarski. **União econômica e monetária e mercado comum: uma abordagem internacional das fases da integração**, 2013.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na “visão do outro”**, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discursos selecionados do presidente Fernando Henrique Cardoso**. Ministério das Relações Exteriores: Brasília, 2010.

CARVALHO, Gabriel Alves de Miranda. **Acumulação de capital e inovação tecnológica: A experiência brasileira durante o regime militar (1964-1985)**, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede – Volume I**. Tradução: Roneide Venancio Majer com colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CZIMIKOSKI, Fernando. **O PIB reflete o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico?** 2015.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** En Daniel Mato (coord.), Políticas de cidadania y sociedad civil en tempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

DA SILVA, Luiz Inácio Lula. **Discursos selecionados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.** Ministério das Relações Exteriores: Brasília, 2008.

ESTADÃO. Educação: um direito de todos e uma não prioridade do Governo Federal. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/legis-ativo/educacao-um-direito-de-todos-e-uma-nao-prioridade-do-governo-federal/> Acesso em 04 de março de 2023.

FARIA, Luiz Augusto E. **A bússola e o pêndulo: desenvolvimento e inserção internacional do Brasil.** Brazil. J. Polit. Econ. vol.42 no.2 São Paulo abr./jun. 2022 Epub 04-Maio-2022.

FOCEM. **O Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL.** Disponível em: <http://focem.mercosur.int/pt/> Acessado em 05 de dezembro de 2020.

FRANCO, Itamar. **Discursos Selecionados do Presidente Itamar Franco.** Ministério das relações exteriores: Brasília, 2008.

GIL, Larissa F.; LAMBERTI, Eliana. **Comércio Internacional brasileiro no MERCOSUL,** 2016.

GUIMARÃES, Diego Duque; PEREIRA, João Paulo de Oliveira. **Panorama setorial 2015-2018,** 2014.

HAAS, Ernst B. **Turbulent Fields and the Theory of Regional Integration.** Reviewed work(s): Source: International Organization, Vol. 30, No. 2 (Spring, 1976), pp. 173-212.

HAUSMANN, R.; RODRIK, D. **Economic development as self-discovery.** *Journal of Development Economics*, n.72, p.603–633. 2003.

HIDALGO, C. A.; HAUSMANN, R. **The building blocks of economic complexity.** *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v.106, n.26, p.10570-10575. 2007.

IBGE. **Contas nacionais: Produto Interno Brasileiro.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contasnacionais/9300contasnacionaistrimes.html?edicao=20920&t=series-historicas> Acesso em 07 de dezembro de 2020.

IBGE. **Produto interno bruto: série histórica de crescimento real do PIB.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> Acesso em 01 de março de 2023.

ITAMARATY. **MERCOSUL: Infraestrutura.** Disponível em: www.Itamaraty.Gov.br/temas/balanço-de-política-externa-2003-2010 Acesso em 05 de dezembro de 2020.

ITAMARATY. **MERCOSUL: América do Sul. União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).** Disponível em: www.Itamaraty.Gov.br/temas/balanço-de-política-externa-2003-2010 Acesso em 05 de dezembro de 2020.

JUNIOR, Amandino Teixeira Nunes. **A União Europeia e suas instituições**. Brasília a. 48 n. 192 out./dez. 2011.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. Second Edition – Harper Collins Publishers, 1941.

JUNCKER, Jean-Claude. **Concluir a União Económica e Monetária Europeia**, 2014.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEMOS, Fabrício José Rodrigues de. **A integração econômica e o regime jurídico do euro**, 2015.

LINDÓN, Alicia. **Los giros teóricos: texto e contexto**. In Lindón, A.; Hierneaux, D. (orgs.) Los giros de la geografía humana. México, D. F.: Anthropos, 2010.

MARIANO, Karina L. P. **O neoliberal institucionalismo: um modelo teórico para a integração regional**, Cadernos Cedec nº 50, 1995.

MARTIN, André. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MATTOS, Thaís Caroline Lacerda. **O Projeto de Reforma Liberal no Governo Collor de Mello: uma reflexão acerca da mudança estratégica na política externa brasileira no contexto nacional de reformas (1990-1992)**, 2015.

MANN, Michael. **O poder autônomo do Estado. Suas origens, mecanismos e resultados**. In Hall, Jonh (org.) Os Estados na história. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MENDES, Constantino Cronemberger. **Efeitos do MERCOSUL no Brasil: uma Visão Setorial e Locacional do Comércio**, agosto de 1997.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. Disponível em: www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assunção Acesso em 05 de dezembro de 2020.

MERCOSUL. **Protocolo de Ouro Preto**. Disponível em: www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/protocolodeouropreto Acesso em 05 de dezembro de 2020.

MITRANY, David. **The Functional Approach of International Organization**. 1943.

MORGADO, L. Bittarello & L. F. G. **Assimetrias de mercado e o papel do Focem na consolidação do MERCOSUL A procura de um novo paradigma de desenvolvimento**, 2009.

PARLAMENTO DO MERCOSUL. **Acerca do parlamento**. Disponível em: www.parlamentodelmercosur.org Acesso em 05 de dezembro de 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**, 2008.

PINCHEMEL, Felipe. **O Brasil e os paradigmas de integração no MERCOSUL**, 2013.

PINTO, Rafael Cesar Ilha. **O Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) e uma nova perspectiva da integração**. 1 Rafael Cesar Ilha Pinto – rafacip82@gmail.com Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPel, 2012.

POWIDAYKO, Nicolas; BOIANOVSKY, Mauro. **Traduzindo crescimento econômico em desenvolvimento humano perspectivas teóricas e o caso da Coréia do Sul**, 2011.

PNUD–GRDH. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**. Nova Iorque. 2015.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. Escrito em 1949, como introdução ao Estudio económico de la América Latina, 1948 (E/CN. 12/89), e posteriormente publicado in CEPAL, Boletín económico de América Latina, vol. VII, nº 1, Santiago do Chile, 1962. Publicação da Organização das Nações Unidas, nº de venda: 62.II.G.I.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **Politische Geographie**, 1897.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **MERCOSUL: 25 anos de avanços e desafios**. NEIBA: Volume V. Dossiê: SimpoRI, 2016.

SANTOS, Celso Medina. **Integração Regional e Desenvolvimento: o caso da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)**. Universidade de São Paulo - instituto de Relações Internacionais: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, São Paulo 2014.

SARAIVA, Miriam Gomes. **Brazilian foreign policy towards South America during the Lula administration: caught between South America and Mercosur**. Revista Brasileira de Política Internacional, 53 (special edition): 151-168, 2010.

SECEX/MDIC/RFB/MF. **Exportação e importação brasileira**, 2011.

SEINTENFUS, Ricardo A. S. **MERCOSUL: Algumas perguntas sem resposta**. 1992.

SENADO. **ALCA: A Área de Livre Comércio das Américas Aspectos da Negociação e Perspectivas para a Economia Brasileira**, 2011.

SICE. **Acordo de Complementação Econômica Nº35 entre MERCOSUL e Chile**. Disponível em: www.sice.oas.org Acesso em 05 de dezembro de 2020.

SICE. **Acordo de Complementação Econômica (ACE Nº 59)**. Disponível em: www.sice.oas.org Acesso em 05 de dezembro de 2020.

SILVA, Cylon Gonçalves Da; MELO, Lúcia Carvalho Pinto De. **Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira**, 2001.

SILVA, Camila Monaro; FILHO, Naercio Menezes; KOMATSU, Bruno. **Uma Abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira**, 2016.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações investigação sobre sua natureza e suas causas**. Com a Introdução de Edwin Cannan. Volume I. Apresentação de Winston Fritsch. Tradução de Luiz João Baraúna. Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

SPEKTOR, Matias. **Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região**. Revista Brasileira de Política Internacional, 53 (1): 25-44. 2010.

SWINBURN, Gwen; GOGA, Soraya; MURPHY, Fergus. **Manual para Desenvolvimento Econômico Local**, 2006.

TICID. **DAI - Divisão de Atos Internacionais**. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: www.mre.gov.br Acesso em 05 de dezembro de 2020.

VIEIRA, Flávio Vilela; AVELAR, Ana Paula; VERÍSSIMO, Michele Polline. **Indústria e crescimento econômico: evidências para países desenvolvidos e em desenvolvimento**, 2014.

UNIÃO EUROPEIA. **Instituições da União Europeia**. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies_pt Acesso em 01 de março de 2023.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JR., Haroldo. **Pensamento Brasileiro e Integração Regional. Contexto Internacional**, 32 (2): 437-487. 2010.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JR., Haroldo. **Autonomia, integração regional e política externa brasileira: MERCOSUL e Unasul**. Dados. 2014, vol.57, n.2, pp.517-552. Available from:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582014000200008&lng=en&nrm=io>. <https://doi.org/10.1590/0011-5258201415> Acesso em: 28 de dezembro de 2020.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Joabson Soares – Concepção da ideia de escrever o artigo e realizar a pesquisa, coleta de dados, escritura do manuscrito e revisão final do trabalho.

Andrea Pacheco Pacífico – Orientou em escritura, busca de referências, concepção, análise de dados coletados, elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 28-06-2022

Aprovado em: 22-03-2023